

Crianças vítimas de violência: caos, complexidade e resistência

Sarita Teresinha Alves Amaro¹

Resumo: A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes cresce em cifras e é cercada por silenciamentos familiares, sociais e institucionais. A comunidade científica tem dado a essa questão uma visibilidade importante. No entanto, a última tese anunciada de que a violência é reproduzida intergeracionalmente, tendo o sujeito vitimizado como algoz, nos causa inquietação. O desconforto com o fatal-determinismo dessa leitura científica e suas conseqüências sociais fez com que nos debruçássemos sobre a questão e construíssemos uma investigação organizada sobre novas premissas, indagações e bases. Nossa premissa: a criança, mesmo diante de sua vulnerabilidade e, muitas vezes, por conta dessa condição, pode resistir ao abuso. Essa premissa iluminou nossa tese doutoral, em que interfaceamos o fenômeno do maltrato com a infração infanto-juvenil, numa perspectiva complexa. O estudo das histórias de crianças e adolescentes vitimizados permitiu-nos perceber que cada sujeito, individualmente, dada a sua construção subjetiva particular, organizava respostas mais ou menos resistentes ao abuso. Da particularidade à complexidade das histórias de vida, identificamos desenhos atitudinais, corporais e relacionais reveladores de uma genealogia da resistência à vitimização. Identificamos sete diferentes níveis, dando-lhes denominação e ordenamento. Esses e outros achados da tese compartilharemos neste artigo.

Palavras-chave: violência; vitimização; abuso; crianças; adolescentes; resistência.

Apresentação

Caos: estado confuso, divergente, marcado pela incerteza, descontinuidade, desconstrução e expressiva força de renovação. Complexidade: característica atribuída a todos os fenômenos, que, apesar de equivocadamente associada à complicação, refere clarificação, compreensão e aceitação da diversidade, bem como aprofundamento da interface entre o todo e as partes (e o todo nas partes) em cada realidade fenomenal. Caos e complexidade, respeitadas suas particularidades, refletem-se num fenômeno contemporâneo, em especial: a violência.

É de conhecimento público que a criminalidade, a indústria armamentista e o abuso de autoridade (policial, por exemplo) são estreitamente ligados à reprodução de formas diversas de violência. Mas o que dizer da fome, do desemprego e do desamparo social, que acabam colocando a prostituição infantil e a venda de órgãos como alternativa perversa de sobrevivência? De fato, negligências, maus-tratos, exploração sexual, trabalho infantil, machismos, racismos, atos homofóbicos, pedófilos e todas as formas de discriminação são violências.

A magnitude do fenômeno tem desencadeado uma proporcional preocupação coletiva. A criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) dedicadas à promoção de campanhas antidrogas, anti-sequestro, anticrimes, tanto raciais como homofóbicos e

¹ Doutora em Serviço Social pela PUC/RS, Coordenadora da Política de DST/AIDS da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul. E-mail: saramaro@terra.com.br



étnicos, é uma dessas expressões. Na mesma direção, acentuam-se estudos e eventos voltados à compreensão e análise da violência. Um número cada vez maior de especialistas, contudo, tem voltado seu olhar ao espectro microscópico da violência, atento ao problema da vitimização que golpeia crianças e adolescentes, geralmente no seio do ambiente familiar. Preocupadas com a magnitude dessa questão, nos somamos a esse grupo de incautos.

A reflexão sobre o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes e o olhar científico acerca do mesmo, a partir de nossa prática profissional na saúde e na educação, acentuou nosso interesse e ensejou o estudo desse tema em nosso doutoramento. "Como a criança processa subjetivamente o ato que a vitimou?" passou a ser nossa pergunta-chave, tratada na investigação que originou nossa tese doutoral.

No cenário dessa tematização, descobrimos a co-existência de dois paradigmas: um, dominante, que considera que a violência é reproduzida intergeracionalmente e que o sujeito vitimizado tende a construir relações pautadas por esse mesmo código, sob a égide de um fatal-determinismo implacável; e outro, original, que rompe com a visão anterior, alicerçado na concepção de que a violência traz em si um traçado biográfico, dotado de poder (diminuído ou fortalecido) de um sujeito sobre o outro, evidenciando, portanto, uma necessidade de "complementação de poder", marcada sobremaneira por liberações, resistências e superações.

Identificadas com o desenho epistemológico do segundo paradigma, buscamos a sua clarificação e estruturação em meio ao processo investigativo. Inicialmente, partimos do rompimento com a idéia apriorística de que, naturalmente, ante o abuso, a criança é coisificada "pelo agressor", anulada como sujeito e engessada numa passividade inelutável. Nossa premissa: a criança, mesmo diante de sua vulnerabilidade e, muitas vezes, por conta dessa condição, pode resistir a viver e/ou reproduzir o abuso. Ou seja: assim como a resistência ao abuso é possível, também o trajeto de reprodução da vitimização é passível de subversão pelo sujeito vitimizado.

O estudo² das histórias de crianças e adolescentes vitimizados permitiu perceber que cada sujeito, individualmente, dada a sua construção subjetiva particular, pode organizar respostas mais ou menos resistentes ao abuso. Da particularidade à complexidade das histórias de vida observadas, identificamos desenhos atitudinais, corporais e relacionais reveladores de uma genealogia da resistência à vitimização. Mas, principalmente, percebemos que as "resistências" estavam associadas e estruturadas em graus de aprofundamento. Passamos à (re)composição da genealogia das resistências à vitimização, a partir da identificação de sete diferentes níveis, dando-lhes denominação e ordenamento. Esses "achados" e alguns aspectos do "movimento" científico construído queremos compartilhar nesse artigo.

Violência contra crianças e adolescentes: um convite à reflexão

O amor é aprendido, mas o desamparo também. A literatura sobre punição corporal revela que pais que foram punidos fisicamente tendem a punir fisicamente seus filhos.

² O espaço deste artigo não permite descrever o processo investigativo e seus resultados, em que as histórias de vida das crianças e adolescentes pesquisados são apresentadas e analisadas. Apresentaremos, portanto, dados mais analíticos que descritivos, partindo do processo produzido. Recomendamos, para acessar o material detalhado, a leitura da tese ou do livro (indicados ao final do artigo).

Jovens que testemunham a violência ou que são vítimas dela podem se tornar vitimadores. Pesquisas demonstram que há uma relação entre ser vítima de punição corporal na infância e a agressividade futura. Essas afirmativas fazem parte do conjunto de reflexões e comentários da autora Nancy Cardia (1999) acerca de uma pesquisa, realizada entre março e abril de 1999, que buscou conhecer as atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em dez capitais brasileiras.

O modelo explicativo desse processo é o da aprendizagem social, ou seja, está alicerçado na idéia de que a violência é comunicada e aprendida cognitivamente. Considerando que todos os atos são eminentemente discursivos, ou seja, comunicam mensagens e produzem "práticas sociais", quando crianças e adolescentes são expostos a castigos físicos, sobretudo nas relações familiares, apreendem e aprendem um repertório de ações agressivas. Segundo a autora, as crianças vitimizadas constroem uma visão enviesada: "seus julgamentos do que é justo e do que é violência são marcados pela própria experiência; situações de provocação são percebidas como **imorais**³ e justificam 'dar o todo com violência'" (CARDIA, 1999).

Assim, expostos a atos/mensagens conflitivos, agressivos, ameaçadores, inferiorizantes, exploradores, perniciosos e/ou estereotipados, ou seja, a um conteúdo esmagadoramente violento, é comum que os reproduzam em suas relações, evitando o diálogo e a solidariedade entre seus pares, precipitando agressões físicas contra colegas de seu próprio grupo social e, direta ou indiretamente, contra si próprios. Resultado: as crianças e adolescentes vitimados tornam-se vitimadores e tendem, com maior freqüência, a comunicarem-se mediante condutas anti-sociais ou infracionais, manifestas principal e respectivamente em brigas que podem enveredar para agressões físicas, lesões corporais e até homicídios.

Apesar de considerarmos ser essa dinâmica da violência a última visão aceita na sociedade científica, a destacamos com o específico intuito de problematizá-la, por entendermos que não dá conta da relação entre maltrato e infração, enquanto fenômenos de um mesmo processo de vitimização que ataca crianças e adolescentes.

Em nosso ponto de vista, há uma lacuna ainda não esclarecida na dinâmica da vitimização, que vincula um fenômeno a outro e que cumpre desvendar. Trataremos disso a seguir.

A tese da relação interfenomenal: um novo olhar, um novo caminho científico

Nossa pretensão, inicialmente, foi de delinear um novo modo de caminhar rumo à compreensão dos fenômenos maltrato infantil e infração infanto-juvenil, até então tomados individualmente, como se desvinculados fossem.

A primeira questão do processo investigativo a apresentar, portanto, é nossa premissa de que ambos fenômenos são associados e, por isso, devem ser considerados na reciprocidade que estabelecem, para que alcancemos a visão de sua dinâmica complexa. Nesse sentido, interessou-nos recompor o diálogo entre

³ Grifo nosso.

os dois fenômenos, restaurando sua teia relacional. Uma vez que não acreditamos na fatal/natural reprodução do maltrato ou do ato infracional, apesar de considerarmos que o encadeamento sociocultural e estrutural influencie na relação social violenta, estivemos preocupadas em demonstrar a complementaridade dos dois fenômenos, reconstituindo o processo que em seu encontro efetivo é tecido.

Assumindo essa "missão", fomos tecendo a busca das reciprocidades e complementaridades interfenomenais, tentando, de um lado, organizar e conjugar os fios (aspectos, fatores condicionantes) e, de outro, desorganizar e disjuntar os fios (mentais, epistemológicos) que anunciam o fatal-determinismo da reprodução da violência.

Ao passo que novas questões iam se apresentando, a percepção da dinâmica interfenomenal foi sendo construída/aprofundada. Entre as questões que nortearam esse processo, estão: o que realmente ocorre?, quando ocorre?, qual a participação da criança nesse contexto?, como a criança sobrevive(u) ao abuso e à onipresença do agressor?, qual a chance de a criança recuperar-se do abuso e do trauma dele resultante?, como cada criança enfrenta o abuso sofrido? O diferencial das questões que íamos colocando/criando era o fato de darem visibilidade à potencialidade do sujeito vitimizado, sem negar-lhe a condição subjetiva de atuar na cena do abuso. Nesse sentido, fomos observando o quanto o caminho da conversão e sabotagem da teia relacional do abuso era possível. E o mais surpreendente: o agente potencial para efetuar a desorganização e denúncia da rede abusiva era o próprio sujeito tornado refém.

Essa problematização acabou por gerar um processo investigativo que identificou as seguintes relações:

1. tanto o maltrato como o ato infracional fazem parte de um mesmo processo de vitimização, calcado na precarização das relações sociais e familiares, no adultocentrismo e na fragilidade das redes de proteção à infância e adolescência, que, num trajeto terminal, colocam o sujeito infante-juvenil na condição de refém de um adulto abusador, negligente ou explorador;
2. o significado e o nível de sofrimento que o abuso causa em cada criança é individual e único. Foucault (1992b) comenta que o importante não é a cena, mas como o indivíduo a significa, a enfrenta e com ela interage;
3. a criança, mesmo diante de sua vulnerabilidade, e muitas vezes por conta dessa condição, pode resistir ao abuso. Assim como a resistência ao abuso é possível, também o trajeto de reprodução da vitimização é passível de subversão pelo sujeito vitimizado;
4. todo o processo de resistência é acionado pelo próprio sujeito vitimizado que, empoderado no interior de sua situação, ativa estratégias de reversão, denúncia, cuidados de si, num processo de recusa e superação do ato que o oprimia e vitimizava. Assim entendendo, acreditamos que a criança se relaciona de modo particular e subjetivo com a história do abuso e estabelece com ela algum tipo de acordo silencioso. Esse acordo é que definirá quais estratégias ela construirá/utilizará para enfrentar o mal sofrido.

Estratégias de liberdade: a resistência à vitimização é possível!

O caminho do desassujeitamento é tão complexo quanto a rede de violência que instaura e legitima sua perpetuação. Contudo, enquanto movimento contra-hegemônico e potencialmente "subversivo", os primeiros "sinais" de ruptura com o assujeitamento são aparentemente invisíveis, inclusive à percepção de seu próprio autor.

Em seu movimento, a ruptura com o assujeitamento revela-se na "curvatura da linha"⁴ que o reiterava. Em grande parte, essa resistência é insuspeita, porque vai se organizando dentro do próprio contexto da vitimização. Ou seja: os primeiros ensaios de liberdade são gerados no interior da vitimização, quando a criança ou o adolescente ainda está sob "controle" do agressor. O desenvolvimento de novas e mais complexas estratégias de resistência acontece numa temporalidade eminentemente particular, portanto imprevisível, pois decorre do processo de subjetivação/enfrentamento de cada indivíduo ante o assujeitamento que sofre.

À medida que essas estratégias vão ganhando organicidade, visibilidade e consolidam um quadro de valores adverso ao abuso, a criança ou adolescente vitimizado(a) também se fortalece. Assim, nesse processo, dá-se o mais incrível: o sujeito vitimizado é o "autor" de seu próprio "empoderamento" em meio ao contexto abusivo.

É oportuno, porém, esclarecer que o empoderamento "não" precede o desenvolvimento de estratégias de resistência. O "ser" resistente é construído, ou seja, só pode organizar-se e expandir-se na construção subjetiva do sujeito vitimizado. Evidentemente, quanto mais fortalecida e resistente a criança ou o adolescente vai ficando, menos vai se assujeitando à violência e mais vai "tensionando" os "domínios" do agressor.

Da particularidade à complexidade da construção de resistências à vitimização, o inventário nos permitiu ver que existem desenhos atitudinais, corporais e relacionais reveladores de sua genealogia. Ao identificá-los, descrevê-los e analisá-los em cada história e inter-histórias, percebemos que "as resistências" estavam associadas e, principalmente, "niveladas" em graus de aprofundamento.

Diante dessa descoberta, passamos a recompor a genealogia das resistências construídas pelos sujeitos infantis vitimizados, estruturando-as em diferentes níveis. Como se verá a seguir, as práticas de resistência consideradas mais elementares residem no centro da vitimização (convivendo com a mesma), e as consideradas mais aperfeiçoadas vão se tornando complexas, rumo à exterioridade (ou desligamento) da vitimização. Na composição genealógica construída, identificamos, denominamos e ordenamos **sete níveis de resistência**, a saber:

- Nível 1 - A não-sobrevivência ao abuso
- Nível 2 - A sobrevivência ao abuso
- Nível 3 - O desenvolvimento de condutas anti-sociais
- Nível 4 - O desenvolvimento de transtornos de conduta
- Nível 5 - A síndrome do pequeno poder
- Nível 6 - A prática de atos infracionais
- Nível 7 - A negação da vitimização como um novo ponto de partida

⁴ Conceito utilizado por M. Foucault para designar o processo de subjetivação, negação, recusa, resistência, superação e liberação, inerente ao sujeito.

Na seqüência, passaremos a descrevê-los e explicá-los.

a) *Nível 1 - A não-sobrevivência ao abuso*

O desejo de suicídio e suas tentativas são fantasmagoricamente comuns em histórias de crianças vitimizadas, especialmente em casos de abuso sexual. Tanto o suicídio como a sua tentativa representam estratégias desesperadas (mais ou menos conscientes) de "vencer o abuso" ou de "desinteressar o abusador", mediante o "desligamento" físico do abuso, do agressor e dos sofrimentos que esses evocam. A morte do corpo, que carrega a dor e memória do abuso, é um gesto desesperado, ou incrivelmente lúcido, de quem reconhece o quão indigno e desumano é sofrer e ter de silenciar um abuso, conviver com a ameaça muitas vezes dentro de casa e ter de manter segredo, lembrar diariamente, submeter-se, assujeitar-se e sobreviver para, no dia seguinte, estar novamente exposto à mesma desumana e humilhante dor.

Nesse mórbido circuito, "resistir" pode ser "pôr um fim" no ciclo de vitimização e na "sobrevida" que o mesmo institui. Assim, desejar suicidar-se, ou sua tentativa, constitui uma estratégia de "libertação", de protesto ou mesmo de revelação do abuso - que, em seu contexto, consideramos uma estratégia contra-hegemônica, ainda que no nível mais básico.

Apesar de profissional e eticamente sermos totalmente contrárias a essa prática, cientificamente nos sentimos convocadas a reconhecer que, ao longo da história, essas práticas, apesar de inauditas, nunca deixaram de existir e, na sua condição, de "falar" do sofrimento infantil, derivado da vitimização.

Ao identificarmos essa prática como primeiro nível de resistência à vitimização, estamos, de fato, extraindo das sombras sua verdade e importância. No fundo, a revelação do suicídio como resistência é também nossa estratégia de protesto, ao gritar à sociedade "civilizada": *Você não se envergonha de ter em seu seio crianças que reúnem toda sua coragem e força para lutar contra o abuso, pondo fim à própria vida?*

b) *Nível 2 - A sobrevivência ao abuso*

Sobreviver a ataques físicos e sexuais e, no geral, silenciar essa vitimização, convivendo com sua ameaça cotidianamente, exige da criança um esforço brutal. Segundo Saffiotti (1997), essa violência equivale à morte ao nível dos eventos concretos: a morte pode não ser do corpo, mas pode ser do espaço vincular ou do sujeito.

As histórias de vida estudadas demonstram que conviver com a onipresença do agressor e a ameaça constante de novos abusos fragiliza, deteriora e desorganiza não só o corpo, mas a identidade social e o quadro de valores da criança ou do adolescente vitimizado. A incontinência urinária e fecal, o medo do escuro, o sentimento de inferioridade, o aniquilamento da auto-estima, a hibridação da identidade *metade-criança-metade-adulto*, bem como a conduta agressiva e associal, registram como a violência corporificada ceifa a subjetividade infanto-juvenil.

No entanto, mesmo vitimizada, a criança não chega a perder sua subjetividade na relação abusiva. Não se acredita que a vítima deixe de ser sujeito em nenhum momento, mas o sujeito originário, cujo espaço vincular foi redefinido de forma impositiva pelo agressor, perece, dando lugar a um novo sujeito, capaz de suportar a relação, reorganizada sob novas bases. *A possibilidade de reconstrução do primeiro sujeito está para sempre perdida. A segunda subjetividade não apresenta a inteireza da primeira; é uma precária colagem de fragmentos, minada pela desconfiança dos outros Eus e em si própria* (SAFFIOTTI, 1997, p.168).

Não bastassem os golpes físicos e sexuais que violam sua infância, a criança ainda tem que, na perspectiva de sobrevivente, compor estratégias para proteger-se e defender-se de novos abusos. Nesse contexto, "ceder" pode representar estrategicamente sofrer menos, concluir mais cedo a cena abusiva ou "ganhar tempo" e "ganhar coragem" para contar a alguém. Esse nível de resistência, contudo, existe para ser ultrapassado. As crianças/adolescentes que ficam a ele restritas geralmente deixam nesse nível seu último sopro de vida, ao transformarem-se em vítimas fatais do abuso que tentaram "agüentar".

c) *Nível 3 - O desenvolvimento de condutas anti-sociais*

A dor e o sofrimento silenciados, contidos, não tardam a ser revelados. O problema é que seus "sinais" nem sempre vêm manifestos em palavras - diante do amordaçamento da criança ou do adolescente que abuso e abusador impõem. Geralmente o corpo e as atitudes do sujeito vitimizado exprimem o abuso, revelando-o em atos e gestos de revolta, agressão, medo, insegurança, raiva, comportamento destrutivo, mudanças bruscas de comportamento, atitudes exageradamente sexuais para a idade e, não raro, a prática de autopunição. O que importa resgatar aqui é que esses atos-sintomas, muitas vezes, constituem, na perspectiva da resistência, atos-denúncia. Implica ver e ouvir o que "dizem", os gestos e o corpo, mesmo quando a criança vitimizada nega terminantemente o abuso, ameaçada e assustada que está. Esse nível é bastante preocupante, pois nele fica paralisada a maioria das crianças/adolescentes vitimizada, incompreendida, à espera de um Perseu que lhes interprete o enigma a que são forçadas, verbalmente, a omitir e negar. Embora esse nível refira condutas anti-sociais, isoladas e descontínuas, o aprofundamento do abuso e a reedição dessas condutas acabam por torná-las complexas, maximizando-as em "transtornos de conduta", como o próximo nível aponta.

d) *Nível 4 - O desenvolvimento de transtornos de conduta*

Transtorno de conduta é a expressão usada para descrever a atitude, geralmente agressiva e divergente, apresentada por crianças e adolescentes. Na literatura especializada, o transtorno de conduta tem sido definido como um padrão persistente, repetitivo e contínuo de conduta, no qual se violam os direitos básicos dos outros e as normas sociais apropriadas à idade. A conduta é mais grave do que as travessuras comuns das crianças e adolescentes e

está relacionada à aparição de pelo menos três dos comportamentos abaixo citados, manifestos durante o período mínimo de seis meses:

1. uso de comunicação ofensiva e hostil, sobretudo, frente aos adultos;
2. mentir com frequência;
3. fugir de casa, durante a noite, pelo menos duas vezes (ou uma vez sem retornar), enquanto estiver vivendo na casa dos pais ou em um lar adotivo;
4. roubar sem confrontação com a vítima, em mais de uma ocasião; e
5. vandalismo e destrutividade (direcionando a coisas e pessoas, mas também a si próprio).

A prática de transtornos de conduta coloca a criança vitimizada no banco dos réus, ao passo que inverte sua posição na relação de poder instituída e legitimada pela sociedade. De repente, de sujeito em risco, passa a comportar-se como sujeito de risco. Isso se agrava se o sujeito for adolescente, visto que a sociedade, diante de sua presumida "adulter", o trata como sujeito de saber e poder, temendo-o em seu revide verbal e físico à violência sofrida. Mas, vale esclarecer, que os transtornos de conduta não são o ato infracional, podendo, contudo, desencadeá-lo.

e) *Nível 5 - A síndrome do pequeno poder*

O movimento de negação da subjetividade e subtração do poder individual, produzido pelo abuso, acaba por gerar no sujeito vitimizado uma "necessidade" de poder: não de possuí-lo, mas de exprimi-lo, potencializá-lo - deixá-lo visibilizar-se e expandir-se. Essa condição potencializa na criança ou no adolescente o que Saffiotti (1997) denominou de "Síndrome do Pequeno Poder". A autora esclarece sobre a funcionalidade da síndrome:

A pessoa com síndrome do pequeno poder age de mau humor e mesquinamente. Na verdade, consciente de seu diminuto poder, de seu não-poder, trata de ampliá-lo ou criá-lo na relação interpessoal que estabelece com outra pessoa. Essa síndrome sempre tem lugar numa relação interpessoal e miúda, se comparada ao plano macrossocial. Todavia, é preciso cautela para não pensá-la como decorrência de atributos pessoais negativos. Sua natureza não é individual, mas social (SAFFIOTTI, apud AZEVEDO E GUERRA, 1989, p.19).

E complementa: trata-se do trabalhador que, com raiva de obedecer às ordens de seus superiores hierárquicos, maltrata a mulher e os filhos quando volta a casa. Trata-se da mãe que, oprimida e espezinhada pelo marido, exerce seu pequeno poder contra os filhos, maltratando-os quando atacada pela síndrome do pequeno poder (SAFFIOTTI, 1997, p. 18)

Não há dúvidas de que a criança maltratada, em especial a sexualmente abusada é, na maioria das vezes, vítima da síndrome do pequeno poder dos seus progenitores ou adultos "cuidadores". A questão que pautamos, contudo, aborda a inversão dessa relação de poder, no qual a criança maltratada de

vítima converte-se em agente da referida síndrome: "trata-se do assaltante jovem que estupra uma mulher de mais de 70 anos. Obviamente, o móvel do crime não foi o desejo sexual, mas a síndrome do pequeno poder" (SAFFIOTTI, 1997, p.18).

Nesse 5º nível, portanto, convertida de vítima em agente agressor, a criança maltratada parte para o atemorizamento, provocando e atacando verbal, psicológica ou fisicamente outros indivíduos, sobre quem tenha relativo poder. Curiosamente, pouco ou nada faz diretamente contra o agressor.

f) *Nível 6 - A prática de atos infracionais*

Entendemos que a prática de ato infracionais, no contexto da vitimização de que faz parte, constitui uma resistência, ao passo que representa uma tentativa de resgate do autopoder e seu efetivo exercício pelo sujeito vitimizado. Essa resistência, no entanto, não é construída conscientemente e, a considerar os níveis anteriores, é a que mais reprovada é pela sociedade, sobretudo a fração adulta, acarretando a estigmatização e culpabilização do adolescente em foco. Convertido em agressor, o adolescente autor de ato infracional, que já havia sido vitimizado em sua trajetória, revitimiza-se, cronificando sua situação. Mas, por um instante, com uma arma na mão ou um "baseado" na cabeça, é suficientemente forte para imobilizar uma multidão adulta, amotinar o gerente do banco, driblar o policial novato, roubar o aposentado na saída do banco e aterrorizar o garoto rico da escola particular.

g) *Nível 7 - A negação da vitimização como um novo ponto de partida*

Em todos os níveis anteriores, o sujeito vitimizado compõe estratégias de resistência no interior do processo de vitimização. Mesmo reconhecendo que faz parte do complexo da violência guardar resquícios de situações passadas e "disponibilizá-las" na memória e ação do sujeito, não somos céticas ante as possibilidades da resistência manifestar-se na libertação do abuso, produzida pelo "desligamento" entre sujeito e vitimização. Apesar de remoto, esse nível é efetivamente possível, pois nasce da subjetivação do próprio indivíduo. De fato, observamos que a tendência a evitar o uso de castigo corporal por aqueles que o sofreram na infância é tão forte quanto a tendência a continuar o ciclo da violência.

Anos de atendimento a crianças e famílias marcadas pela vitimização nos permitiram observar que muitos pais - não apesar, mas exatamente por terem sofrido maus-tratos físicos ou testemunhado sua prática - desenvolvem tamanha "repulsa" e "indignação" a toda forma de abuso, que "recusam-se" a reeditar ou conviver com tais práticas. Essa "recusa", enquanto negação da vitimização, constitui não só o último e ideal nível de resistência, como também organiza novo(s) ponto(s) de partida na direção oposta ao abuso. Sabemos que compor esse nível de "curvatura da linha" exige um esforço hercúleo, mas possível. Envolve que o sujeito vitimizado ultrapasse suas vulnerabilidades, medos, e recomponha sua identidade de pessoa inteira, humanizada e liberada, enfim.

Os níveis de resistência são revelados, nivelados em uma estrutura. Contudo, a hipótese de que seguem um regramento linear, temporal ou hierárquico não procede tampouco corresponde à nossa visão. Por considerarmos a subjetivação como força motriz de todo o fenômeno, inclusive o da violência, reconhecemos (e recomendamos ver) cada nível, em sua particularidade e no cenário da complexidade da história de violência, o que permite observar que, em certos casos, os níveis se complementam e interfaceiam em ordens diversas da que estão apresentados. A representação dos níveis serve para identificar as respostas do sujeito vitimizado, como um mapa de sinais. Muitas vezes crianças que se encontram no nível 1, dado algum fato específico de sua história, não avançam para os outros níveis. O mesmo pode acontecer de apresentarem sutis características dos primeiro e segundo níveis e circularem pelas do terceiro nível, sem avançar. Esse trajeto é bastante comum, mas também o oposto. Há muitas crianças que vivenciaram as características do 3º nível e se recolheram, em resposta a alguma situação ou novo trauma, ao nível 1 e 2, e lá resguardam-se até o fim da vida. É o caso de muitas mulheres que convivem 10, 20 ou até 30 anos com o agressor e com a onipresença do abuso, subordinadas a ele, ao medo de revelar o segredo e ao desejo de morrer.

Considerações finais

Nas pegadas de Foucault, nos dedicamos a tratar de três grandes problemas: o da verdade, o do poder e o da conduta individual. No caminho eleito, irrompemos a fronteira entre o maltrato físico vivido na infância e a prática de atos infracionais na adolescência, articulando-os e restabelecendo suas reciprocidades.

A noção de liberdade que iluminou a tematização desenvolvida se identifica e edifica na cidadania infanto-juvenil, expressa na legislação vigente. Na análise da realidade infanto-juvenil, tendo a cidadania como tocha, olhamos com criticidade e complexidade para a questão da violência na infância e adolescência. Ao assumirmos nosso rompimento com o pensamento causal-determinista, fundante da "reprodução fatal" da história de violência, nos dispusemos a "quebrar por dentro" as teorias dominantes. Ao escolhermos esse percurso, extraímos das sombras a verdade da vida assujeitada de inúmeras crianças e adolescentes, a partir da revelação de situações em que os sujeitos constroem, exercem e reiteram práticas, muitas vezes contra sua própria vontade, direito e necessidade. Assim, fizemos falar o silêncio que sustenta o discurso (do poder vitimizador) e, nesse ato, produzimos o contradiscurso (da resistência), pois o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o amordaça.

Ao descavar a violência sofrida por crianças e adolescentes, encontramos não apenas dor e medo, mas força e liberdade em manifestos de luta, negação, relutância, recusa, denúncia e protesto à violência e assujeitamento impostos. Descobrimos que a liberdade não se organiza em formações contínuas, sólidas ou ordenadas, mas dispersivas, remotas e contraditórias, espantosamente admitindo nesse seu "fazer" posições mais ou menos conformistas, mais ou menos assujeitadas, mais ou menos submetidas/submissoras. Trata-se de uma resistência travada na concreticidade da

vitimização, tão contraditória e dual como a vida, as relações, as pessoas e os enunciados, que, num jogo de claro-escuro, só nos falam do que não são.

Acreditamos que, com a análise compartilhada nesse artigo, originária de nossa tese doutoral, novas perspectivas de diagnose, atendimento e pesquisa se descortinem. O importante é que o presente artigo e a tese possam municiar profissionais de saúde, do judiciário e de demais áreas atuantes na questão a atuar na linha da resistência e em favor da mesma, ativando a "potencialidade emancipatória" de crianças e adolescentes vitimizados, assessorando-os na superação de traumas, medos e dores relativos ao histórico de maus-tratos sofridos. Atuar nessa linha exige, de um lado, um trabalho de base que recupere a ética do cuidado e o interesse político de colaborar com a diminuição ou a erradicação da violência contra crianças e adolescentes, e, de outro, a promoção de uma ampla mobilização interprofissional e interinstitucional, reunindo esforços individuais, institucionais e coletivos dirigidos à execução, formulação, avaliação e fortalecimento de políticas e programas sociais de diagnóstico, atendimento, apoio e proteção das crianças e adolescentes vitimizados e suas famílias.

Niños victimas de violencia: caos, complejidad y resistencia

***Resumen:** La violencia intrafamiliar contra niños y adolescents crece en cifras alarmantes en el país y en el mundo, mantenida por el silencio familiar e institucional. La comunidad científica tiene datos de esas importantes cuestiones visibles. Con todo, la última tesis anunciada, de que la violencia es reproducida intergeneracionalmente, muestra al sujeto víctima como algo que nos causa inquietud. La incomodidad con el fatal-determinismo de esta lectura científica y sus consecuencias sociales hace con que nos volquemos hacia la cuestión y construcción de una investigación organizada sobre nuevas premisas, indagaciones y bases. Nuestra premisa: el niño aún delante de su vulnerabilidad, muchas veces por esa misma cuestión, puede resistir al abuso. Esa premisa iluminó nuestra tesis de doctorado, en la que intercambiamos el fenómeno del maltrato con la infracción infante-juvenil, en una perspectiva compleja. El estudio de las historias de niños y adolescentes víctimas, permitió percibir que cada sujeto individual, dada su construcción subjetiva particular, organizaba respuestas más o menos resistentes al abuso. De esta particularidad a la complejidad de las historias de vida, identificamos diseños actitudinales, corporales y relaciones reveladoras de una genética de la víctima a resistir. Identificamos siete diferentes niveles, dándoles denominación y organizándolos. Esos y otros argumentos de la tesis, los compartiremos en este artículo.*

***Palabras clave:** violencia; víctimas; abuso; niños; adolescentes; resistencia.*

Victimized children of violence: chaos, complexity and resistance

***Abstract:** A home circle violence against children and adolescents increases amount in the country and in the world, maintained by familiar silence, social and institutional. The scientific society has given an important visibility to this basis. Yet, the last announced thesis, that the violence is reproduced by having the victim as executioner, causing us worry. The discomfort with the fatal-determinism of this scientific reading and its social consequences has made us bend over the question and built an organized investigation about new premises, searching and basis. Our premise: the child even before vulnerability and, many times by this condition, can resist to the abuse. This premise*

lighted up our doctorate thesis, in which we restore relationship between the abuse phenomenon with the children and adolescents infraction, in a complex perspective. The studies of the stories of the victimized children and adolescents has permitted to notice that each one has given its own subjective construction, organizes answers more or less resistant to the abuse. From particular to complex of the life's stories, we identified attitude drawings, corporal and related revealer of resistance to victimized. We identified seven different levels, giving them denomination and ordering. These and other discoveries of the thesis shared in this article.

Key words: violence; victimize; abuse; children; adolescents; resistance.

Referências

AMARO, Sarita T. A. **Crianças vítimas de violência**: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência - uma nova teoria científica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. **A infração infanto-juvenil e seu inventário na história infantil de maltrato físico**: um olhar complexo sobre a vitimização e as estratégias de resistência. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. As duas faces de um crime: crianças vitimizadas e adolescentes infratores. **Redes**, v. 6, n.1, p 149-156, jan/abr., 2001.

AMARO, S. et al. **Serviço social na escola**: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzato Editores, 1997.

AZEVEDO, M. A.; Guerra, V. N. **Pele de asno não é só história...** um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

_____. (Org.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

CARDIA, N. Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras. Brasília, DF : Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

Foucault, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992a.

_____. **Genealogia del racismo**. Madrid: La Piqueta, 1992b.

GOSSI, P. Mulheres imigrantes que sofreram violência conjugal: reflexões sobre a rede de relações. **Educação**, v. 24, n. 45, p.143-165, nov. 2001.

SAFFIOTTI, H. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In: REICHER, F. (Org.). **Quem mandou nascer mulher**. São Paulo: Ágora Ltda, 1997.